



A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO ESTADO: ESTADO COMO PRODUTOR DE PRINCÍPIOS DE CLASSIFICAÇÃO

Palavras-Chave: ESTADO; BOURDIEU; CASSIRER; FORMAS SIMBÓLICAS; DOMINAÇÃO SIMBÓLICA.

Autores/as:

LEONARDO NASCIMENTO PANÇA [UNICAMP]

Prof.^a Dr.^a RAFAEL RODRIGUES GARCIA (orientador/a) [UNICAMP]

INTRODUÇÃO:

Nas aulas e textos da maturidade acadêmica do cientista social que vemos aparecer o Estado. Bourdieu propõe que um dos atos de Estado é produzir “princípios oficiais de classificação”. Ele corrige Weber, definindo o Estado como “monopólio da violência física e simbólica legítima”, ou seja, dentro dos limites de seu âmbito, o Estado inculca estruturas cognitivas (ou formas simbólicas) através das instituições estatais – sendo as principais o sistema jurídico e o sistema escolar – isto é, estruturas lógicas comuns (conformismo lógico), tacitamente avaliativas (conformismo moral) que, ao produzi-las e reproduzi-las, ao fazê-las legítimas e incorporadas por todos, contribui de forma determinante para a reprodução da ordem simbólica que, por sua vez, colabora definitivamente com a ordem social e sua reprodução.

Constatamos, com a pesquisa, como Pierre Bourdieu assimilou e foi além da filosofia da cultura de Ernst Cassirer – filósofo alemão do século XX. Durante sua carreira científica, Bourdieu contribuiu para a pesquisa sobre as *formas simbólicas* – conceito de Cassirer que intitula sua obra mais importante -, desde os estudos sobre a sociedade pré-capitalista cabila até a sociedade moderna. A propriedade mais importante do conceito de forma simbólica é seu *princípio ativo*, isto é, produzir estruturas estruturantes do mundo através das formas culturais do mito, da linguagem, da religião, da arte e da ciência. Cassirer vai além do sujeito transcendental de Kant para encontrar um animal simbólico que absolutamente sente e pensa o mundo através da atividade de criar símbolos. As relações humanas com o mundo são mediadas por uma atividade simbólica, capaz de criar símbolos. Por exemplo, a linguagem não simplesmente descreve a realidade, mas antes atua objetivamente para criar um mundo de objetos e suas propriedades. O mesmo ocorre com cada uma das formas simbólicas, cuja estrutura e função definem a sua forma específica.

O *agente* social de Bourdieu é um animal simbólico que, além de pensar e sentir o mundo através da cultura que propriamente produz, também a incorpora em seu *habitus*. Isso significa que as formas simbólicas não são apenas relações de sentido e conhecimento do mundo, mas são incorporadas no *habitus*, gerando uma relação prática com o mundo. Isso se complica quando, para Bourdieu, há um vínculo entre as relações sociais e as relações de poder ou dominação. Por exemplo, nos estudos da *Casa cabila* ou na *Dominação masculina*, o cientista social nos apresenta o encadeamento entre as relações de força de gênero da casa cabila na

sociedade berbere e a produção dos sistemas de classificação mítico-rituais, que são tanto relações de sentido (os objetos e seus correlatos, a oposição entre a casa privada e a praça pública) e as relações práticas (a mulher está do lado da casa, do privado e do “dentro”, e o homem do lado da praça, do público e do “fora”), cuja forma é a de um sistema simbólico de objetos e ações.¹

Há uma correspondência, portanto, entre as relações de força e as formas simbólicas que contribui para a reprodução da dominação. Nas sociedades modernas, é o Estado que, enquanto um princípio de estruturação, imposição e inculcação da ordem simbólica, contribui de forma determinante com a ordem social e sua reprodução. Essa pesquisa, sob o horizonte da *Filosofia das formas simbólicas*, pretende compreender o funcionamento da atividade simbólica nos âmbitos das relações de poder e, com Bourdieu, no Estado e suas instituições. O objetivo é apresentar as relações teoricamente fecundas entre o filósofo e o cientista social no avanço da teoria da dimensão simbólica do Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A pesquisa desenvolvida atualmente com vistas a colocar as teorias *para funcionar* na prática científica empírica tem como risco potencial utilizar pressupostos ainda por compreender. Por outro lado, não temos o intuito de transformar conceitos criados por e para a pesquisa em conceitos em si mesmos, não modificáveis, universais. No entanto, parece plausível que algumas considerações importantes precisam ser feitas com um olhar mais detido na estrutura de um conceito dentro de um sistema sociológico tão vasto, visto que ele se propõe como um ponto de vista científico. Ao recorrer às influências teóricas de Bourdieu, queremos contar uma história, a do desenvolvimento teórico e daquilo que ele possui de libertador. A pesquisa atual aparece não como uma revisão completa dos pressupostos científicos de Bourdieu, mas procura fazer antes de tudo uma investigação detida dos desdobramentos teóricos do autor. O objetivo desta pesquisa, portanto, tem como pressuposto compreender a teoria e a pesquisa científica de Bourdieu à luz da influência da teoria das formas simbólicas desenvolvida por Cassirer, e, de forma mais detida, pretendemos compreender como Bourdieu articulou o seu sistema teórico do símbolo para a compreensão da dimensão simbólica do Estado.

Discussão da problemática

A crítica de Bourdieu à filosofia da cultura diz respeito menos ao sistema teórico que às limitações metodológicas² e no tocante à questão da dominação. O problema do filósofo foi não ter passado das relações de sentido às relações de força, das formas simbólicas *per se* às formas simbólicas de dominação. Cassirer tinha preocupações e pressupostos teóricos que o levaram a se debruçar na pesquisa teórica para resolver problemas teóricos. No prefácio do primeiro tomo da *Filosofia das formas simbólicas*, Cassirer afirma que suas investigações atuais remontam às limitações epistemológicas para “o embasamento metodológico das ciências do espírito” (Cassirer, 2001, pág. 1) (em referência à obra *Substanzbegriff und Funktionsbegriff*). Ao ultrapassar as barreiras do programa epistemológico restrito às análises da forma do pensamento científico em direção a todas as formas de conhecimento humano, como o mito, a religião, a arte e a linguagem, Cassirer empreende então várias sínteses teóricas, criando um sistema filosófico absolutamente novo. O conceito de símbolo, portanto, ao juntar-se à forma, tende a compreender uma lei da estrutura do espírito que ao mesmo tempo é um modo de objetivação que se desdobra

¹ Segundo Bourdieu, estudos que tentaram compreender as casas berberes possuem “lacunas sistemáticas”, principalmente em relação à localização e à orientação das atividades e das coisas, porque “nunca apreendem os objetos e as ações como parte de um sistema simbólico”.

² Na obra *O poder simbólico*, Bourdieu estabelece que, como instrumento metodológico, a “análise estrutural” é o que falta na “ambiçãõ neokantiana de apreender a lógica específica de cada forma simbólica”. Ver: BOURDIEU, 1989, pág. 9.

em diferentes vetores ou funções do espírito (do mito à ciência, etc). De acordo com Cassirer, há uma atividade espiritual de objetivação e subjetivação que se serve de um componente ideal com funções específicas de compreensão.

No entanto, Cassirer não deixa claro o que devem as formas simbólicas ao *devir*, isto é, ao contexto histórico, social e temporal, apesar de alguns textos do autor indicarem nesse sentido. Para Bourdieu, Cassirer não passou da análise das formas simbólicas à análise do seu aspecto social. Cassirer estava interessado na estrutura do *modus operandi*, nas leis internas e nas funções das formas simbólicas, que Bourdieu achava que Cassirer acreditava ser *a priori*.³ Seguindo desdobramentos desses problemas teóricos nas obras de autores como Durkheim, Panofsky, Saussure, Lévi-Strauss, etc, Bourdieu opera uma articulação completa do conceito de forma simbólica, particularmente quando aplicada na pesquisa empírica. Em vez de colocar como fundamento das formas simbólicas relações lógicas estruturantes, Bourdieu segue Durkheim quando este diz que as estruturas de sentido são derivadas das estruturas sociais. Em Bourdieu, a estrutura do espírito deixa de ser transcendental para ser histórica e socialmente determinada. De acordo com Bourdieu em *Coisas ditas*, “as relações de poder simbólico tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem as estruturas do espaço social”.⁴ (Bourdieu, 1990, pág. 134) Assim, o princípio determinante do símbolo é reproduzir e reforçar ‘relações de força’ da dominação.

A partir disso, Bourdieu vai traçar desdobramentos em todas as direções. A análise sociológica da dimensão simbólica, portanto, abre uma variedade de possibilidades teóricas. A partir dessa síntese teórica entre Cassirer e Durkheim em relação ao símbolo (mas também Cassirer e o estruturalismo), Bourdieu vai desenvolver um sistema de conceitos que visa abarcar a quase totalidade da dimensão simbólica da dominação. O conceito de poder simbólico, por exemplo, deixa de ser somente, como em Cassirer, ferramenta estruturada e estruturante de comunicação e de conhecimento, para ser um ato indissociável de poder que funciona dentro da lógica das relações de poder.⁵ De acordo com Bourdieu, “as relações de poder simbólico tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem as estruturas do espaço social”. O habitus, como disposição incorporada, funcionando pela dialética da interiorização e da exteriorização, produz esquemas de visão e divisão, princípios de classificação, esquemas de percepção, práticas, enfim, um repositório inconsciente de estruturação do sentido e da prática sociais em consonância irrefletida com o seu lugar no espaço social. A violência simbólica, violência branda mais não menos real⁶, provoca sofrimento social àqueles que a sofrem com sua própria cumplicidade. Engendrados dentro da esfera simbólica da dominação, os agentes sociais que sofrem a violência simbólica se vêem como desprovidos por natureza de qualquer

³ A leitura que Bourdieu faz dos termos “a priori”, “transcendental” e “universal” em Cassirer, na verdade, demonstra um entendimento mais kantiano do projeto da teoria das formas simbólicas. De fato, Cassirer segue Kant até certo ponto, mas utiliza os conceitos da filosofia crítica num sentido mais abrangente. O conceito de “a priori”, por exemplo, tem um sentido mais *dinâmico* em Cassirer. O filósofo não se limita a deixar em segundo plano as questões do símbolo no âmbito do *devir*, isto é, daquilo que ele possui de variável, mutável e não especificamente eterno e estático. Ver: Cassirer, 2013, pág. 73-100.

⁴ A citação é de tradução livre do texto em inglês e em francês. No texto traduzido para o português, temos “as relações de força tendem a reproduzir e reforçar as relações de força”, no entanto, consultando o original e a tradução em inglês, temos “les rapports de force symbolique tendent à reproduire et à renforcer les rapports de force qui constituent la structure de l’espace social”. Vê-se que o texto em português não capta de forma confiável a argumentação de Bourdieu. Citaremos, portanto, o texto traduzido para o inglês.

⁵ Na parte 3 do primeiro capítulo de *O poder simbólico*, chamado “As produções simbólicas como instrumentos de dominação”, Bourdieu evidencia a “função política” das formas simbólicas. As ideologias, por exemplo, apresentadas como uma forma simbólica que se opõe ao mito, “servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais. De acordo com Bourdieu, a ideologia é a cultura da classe dominante. A ideologia é um efeito da cultura dominante, e tem várias propriedades: ela integra de forma real a classe dominante (assegurando a comunicação dos membros da classe dominante); ela integra de forma fictícia a sociedade como um todo (assegurando a desmobilização da classe dominada); por fim, ela legitima a ordem estabelecida por meio das distinções e legitimação dessas distinções. Bourdieu, 1989, pág. 10-11.

⁶ “A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação; ou então, em outros termos, quando os esquemas por ele empregados no intuito de se perceber e de se apreciar, ou para perceber e apreciar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), constituem o produto da incorporação das classificações assim naturalizadas, cujo produto é seu ser social”. Ver: Bourdieu, 2001, pág. 259.

legitimidade cultural; suas práticas, sua cultura, sua língua, seu modo de ser e agir é diametralmente oposto à cultura legítima, à prática legítima e à língua legítima. Reconhecendo a cultura que eles não possuem como legítima e desconhecendo-a como arbitrária, só resta a esses miseráveis a dócil e consentida escravidão. O conceito de capital simbólico⁷, por exemplo, reforça a ideia de relação de força simbólica, visto que opera como moeda de troca dentro do mercado simbólico, garantindo prestígio, autoridade e poder reconhecidos como legítimos. Para Bourdieu, a dimensão simbólica opera de forma mais intensa nas sociedades modernas, visto que, a partir da autonomização dos campos, retira uma quantidade considerável de agentes sociais da luta simbólica de todos contra todos pelo poder de produzir e impor a visão de mundo legítima.

Até mesmo no *Mito do Estado*, Cassirer não chega a tocar no problema do símbolo dentro de uma lógica da dominação. De acordo com Bourdieu, Cassirer comete o erro teorista em compreender a estrutura do símbolo não dentro de uma relação simbólica de dominação, mas numa situação de crise social em que o mito faz o papel de coesão, dominando todos os aspectos da vida social da Alemanha pós-guerra, para tirar disso conclusões teóricas, como a ideia de que mesmo em sociedades avançadas não estamos indefesos do poder do pensamento mítico.

A questão do Estado aparece para Bourdieu tardiamente. Os famosos cursos sobre o Estado são de 1989 e vão até 1992. Neles, Bourdieu reconhece a importância da questão do Estado para a discussão sobre os sistemas de classificação. A hipótese de Bourdieu é de que o Estado produz, então, os princípios de classificação legítimos, isto é, ele funciona como um produtor da realidade social e produz os princípios que utilizamos para pensar o mundo social e o próprio Estado. Como monopolizador de princípios de classificação, o Estado aparece então através da definição consagrada como monopolizador das violências física e simbólica legítimas, corrigindo assim a definição weberiana de Estado. Isso porque, uma vez que o pensamento de Estado, a cultura de Estado, aparece como legítima - através da gramática, das leis, da ordem e das classificações consagradas pelas instituições de Estado, a instituição escolar em primeiro lugar -, todas as outras culturas são então rebaixadas a se definirem pela cultura do Estado e descritas enquanto subcultura.⁸ Em *A reprodução*, Bourdieu demonstra como a instituição escolar, alicerçada no pensamento de Estado, reproduz a dominação porque sua cultura é a cultura da classe dominante. Visto que é papel do Estado, como propõe Bourdieu, o de construtor da realidade social pelos sistemas de classificação legítimos, funciona então com uma máquina de legitimação da cultura de instituição que, por sua vez, reproduz a dominação. A hipótese em *Coisas ditas* de que seria possível construir uma estrutura social através da estrutura mental parece se impor, uma vez que a instituição - sua gênese e seu funcionamento - age como reprodutora da dominação social.

A pesquisa atual pretende compreender as várias dimensões do Estado segundo Bourdieu. Enquanto um campo social (como monopólio dos instrumentos de gestão e administração dos bens públicos), o Estado apresenta uma estrutura de relações de poder diferente dos outros campos. Ele é um campo que possui um metacapital.⁹ Ao mesmo tempo em que atua como campo, colocando instituições que representam polos opostos em luta e têm como

⁷ Não encontramos, nas obras de Bourdieu, definição unívoca para *capital simbólico*. Há algumas hipóteses entre os comentadores de Bourdieu para essa questão. Para os fins deste texto, utilizaremos a forma como ele foi exposto na obra *Meditações pascalianas*: “Qualquer espécie de capital (econômico, cultural, social) tende (em graus diferentes) a funcionar como capital simbólico (de modo que, talvez, fosse preferível falar, a rigor, de *efeitos simbólico do capital*) quando obtém um reconhecimento explícito ou prático, o de um *habitus* estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço social em que foi engendrado. Em outros termos, o capital simbólico (a honra masculina nas sociedades mediterrâneas, a honorabilidade do homem ilustre ou do mandarim chinês, o prestígio do escritor renomado, etc) não constitui uma espécie particular de capital, mas aquilo em que se torna qualquer espécie de capital quando é desconhecida enquanto capital, ou seja, enquanto força, poder ou capacidade de exploração (atual ou potencial), portanto, reconhecida como legítima”. Bourdieu, 2001, pág 295-296.

⁸ O termo “subcultura” é utilizado na obra *O poder simbólico* para definir um tipo de cultura particular que obrigatoriamente é compelida a se definir por sua distância em relação à cultura dominante. Ver: Bourdieu, 1989, pág. 11.

⁹ Em *Sobre o Estado*, Bourdieu vai falar que “o Estado é *meta*, que é um poder acima dos poderes”. Em sua genealogia do campo burocrático, Bourdieu traça sua origem no seio do Estado dinástico, e faz uma análise da lógica específica do Estado dinástico como “concentração das diferentes espécies de capital”, como o capital econômico, o capital militar e o capital simbólico. Neste sentido, o sociólogo argumenta que o Estado tem um capital de *metacapital*, isto é, ele é um poder acima dos poderes, e assim pode exercer poder sobre todas as espécies de capital.

função coordenar interesses concorrentes (como o exemplo da Comissão Barre, analisando a composição do comitê, os atores aí encarregados de defender um interesse específico sobre as políticas de moradia), através da sua “dupla autonomia” adquire metacapital capaz de exercer um poder sobre as outras espécies de capital e suas respectivas taxas de câmbio (como por exemplo, o diploma de ensino superior podendo se transmutar em cargos e salários definidos). Ele é constituído a partir da acumulação primitiva do capital simbólico, fundamento da monopolização do capital econômico, cultural e social. Essa quase totalidade de capitais dá ao Estado sua monopolização de todas as formas de violência (a violência física, como a militar e a policial), mas também a violência simbólica (sendo a violência simbólica como a condição de possibilidade do acúmulo da violência física). Sendo tudo isso, o Estado também contribui para integrar o espaço econômico, o espaço social, o espaço simbólico e o espaço cultural no âmbito de um território, uma verdadeira unificação dos códigos jurídicos, linguísticos, burocráticos, temporais (como o calendário e as datas públicas), isto é, legitimando códigos arbitrários em códigos nacionais socialmente coerentes e legítimos.

CONCLUSÕES:

A análise da dimensão simbólica do Estado é acompanhada da pesquisa sobre a genealogia da constituição do Estado moderno. Neste percurso, Bourdieu tem como hipótese que o Estado moderno surgiu de dentro do Estado dinástico, como resultado de uma complexa relação de força entre o rei e os juristas. O Estado dinástico, que pela lógica da casa do rei mantinha a sua coesão através do poder direto com base pessoal, fundamentado na reprodução familiar da dominação, transforma-se através de um complexo de relações de força, para o Estado burocrático, que através da *raison d'État* se exerce pelo poder indireto com base territorial através de delegados, como os profissionais públicos, cuja forma de reprodução se dá através da competência garantida pelo sistema escolar. (Lenoir, 2017, pág. 184) Em sua gênese, Bourdieu encontra uma oposição objetiva entre os interesses particulares dos juristas contra os interesses reais. O Estado, como uma instância de gestão do universal, é inseparável de uma categoria de agentes que têm interesse na propriedade de se apropriar do universal. Para Bourdieu, são os juristas que, ao teorizar sobre a noção de bem público, “tendiam a apropriar-se dele e dele tirar proveito.” (Lenoir, 2017, pág. 186) O Estado, também, através das suas instituições, produz um sistema simbólico social socialmente compartilhado. Ele é a última instância de produção das formas simbólicas de dominação, cuja eficácia cria uma realidade social absolutamente ordenada sem precisar de coerção permanente. O Estado inculca sistemas de classificação nacionais, princípios de visão e divisão comuns no âmbito de uma sociedade, estruturas mentais, verdadeiros *habitus estatais*, cuja produção de práticas e representações foi modelada pelas instituições estatais - sistemas escolar, judiciais e sociais - constituindo o que conhecemos como “identidades nacionais”. (Lenoir, 2017, pág. 185) O Estado, produzindo e reproduzindo as relações de força simbólicas de uma determinada sociedade, produz e reproduz as relações de dominação aí engendradas. Como dirá Remi Lenoir: “contribuindo assim para a produção e reprodução da ordem simbólica e, por conseguinte, da ordem social”. (Lenoir, 2017, pág. 185)

BIBLIOGRAFIA:

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo. Companhia das Letras, 2014. (entre outros.)

CASSIRER, Ernst. A Filosofia das Formas Simbólicas I, II e III: A Linguagem. São Paulo. Martins Fontes, 2001. (entre outros.)

_____. O mito do Estado. São Paulo: FQ-M Editores Associados. 2003